

## **Mídia Alternativa e Ditadura Militar: O Boletim Ferramenta no Estado do Espírito Santo<sup>12</sup>**

Ana Carolina RONCHI<sup>3</sup>  
Doutoranda

Pedro Ernesto FAGUNDES<sup>4</sup>  
Doutor

Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, Espírito Santo

### **Resumo**

O presente artigo visa tecer uma discussão inicial a respeito do movimento operário durante a ditadura militar no Brasil e no estado do Espírito Santo. Tendo sofrido uma industrialização tardia, nos anos de 1970, o estado passa a sentir a partir dessa década os efeitos da urbanização desenfreada. A partir de uma revisão bibliográfica, queremos tecer reflexões sobre como os movimentos sociais passam a enxergar a Igreja Católica como ponto de encontro e de militância. E, no caso do Espírito Santo, em como esse ativismo produziu uma mídia alternativa comunitária: o boletim Ferramenta.

**Palavras-chave:** Mídia Alternativa; Ditadura Militar; Igreja Católica; Boletim Ferramenta.

### **Introdução**

Das alas conservadoras às mais progressistas, muitos foram os posicionamentos da Igreja Católica ao longo da ditadura militar no Brasil. Tendo chegado ao país junto com os portugueses, historicamente a Igreja e o Estado buscaram, na medida do possível, sempre manter uma relação dialógica, para adquirir benefícios mútuos.

No momento em que o golpe é instalado no Brasil a Igreja vinha presenciando grandes transformações em sua forma de pensar e atuar em sociedade. Exemplo disso foi a fundação da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, a CNBB (1952), e a participação do clero em eventos como o Concílio do Vaticano II (1962-1966) e o II Conselho Episcopal Latino-Americano (Celam).

Com o decreto do Ato Institucional nº5, em 1968, e a proximidade da década de 1970, o regime passou reforçar suas medidas de censura e repressão. No Espírito Santo, nesse mesmo período, é iniciado um processo de industrialização, gerando um êxodo rural e a

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no GT da Mídia Alternativa, integrante do XIII Encontro Nacional de História da Mídia.

<sup>2</sup> O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

<sup>3</sup> Jornalista, Mestra em Comunicação e Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em História da UFES. Pesquisadora do Laboratório de Estudos em História do Tempo presente (UFES). Pesquisadora do Observatório da Mídia: direitos humanos, políticas, sistemas e transparência (ES). E-mail: ronchianacarolina@gmail.com

<sup>4</sup> Doutor em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Professor da Universidade Federal do Espírito Santo. Coordenador do Laboratório de Estudos em História do Tempo presente (UFES). E-mail: pefagundes@uol.com.br

consequente formação de zonas de pobreza na Região Metropolitana da Grande Vitória. Com a instalação de grandes indústrias em terras capixabas, o estado passa a presenciar de forma mais intensa também o movimento operário e sindical.

É no contexto acima que surge o boletim *Ferramenta* - Informativo da Arquidiocese de Vitória para o mundo operário. Pensado e produzido no seio das Comunidades Eclesiais de Base, Ferramenta é a representação de como os movimentos sociais encontraram na Igreja um espaço de acolhida, de debate, e de reivindicação social à luz do evangelho.

### **Igreja Católica e Ditadura Militar no Brasil**

Refletir sobre a Igreja Católica e a ditadura militar no Brasil é compreender as nuances entre a relação Estado e religião. Ao discutir sobre tal temática, Renato Cancian (2011, p. 8) pontua que o fenômeno religioso é uma fonte de valores éticos cuja influência e eficácia pode ser sociologicamente analisada. Para isso, basta observar as atitudes mais íntimas e as práticas cotidianas que se dão pelas interações sociais.

Cancian (2011, p. 9) reforça também que, ao longo do tempo as formas como as grandes religiões se organizaram variaram muito – seja como pequenas congregações, seitas e/ou ordens. Essas transformações progrediram e se institucionalizaram ao ponto de assumir a forma que hoje conhecemos como Igreja.

A história dos países que formam a América Latina é indissociável da história da institucionalização da religião católica no continente. Particularmente no Brasil, como religião oficial e hegemônica, a Igreja Católica estabeleceu fortes vínculos com o Estado nacional, convertendo-se em uma força conservadora que atuou durante séculos reforçando os interesses das elites dominantes (CANCIAN, 2011, p. 11).

Quem também discorre sobre a Igreja católica é Paulo César Gomes. O autor reforça que as preocupações do catolicismo nunca foram restritas às temáticas de ordem religiosa. Ou seja, dificilmente será possível analisar a Igreja sem entender a atuação da mesma dentro de uma lógica também no campo político. Entretanto, Gomes esclarece que não se pode negligenciar os motivos teológicos que fundamentam como a Igreja se posiciona politicamente. Isso porque, “seu objetivo no mundo é, acima de tudo, assegurar sua supremacia no campo transcendental” (GOMES, 2014, p. 23).

Compreender, portanto, os mecanismos com os quais a religião se instaura na sociedade e como ela interage com esta é de suma importância para analisar os movimentos que surgem como resultado dessas trocas sociais e simbólicas. Assim sendo, a década de

1960 não representou apenas uma ruptura política na sociedade brasileira – com a instauração do golpe militar. A própria Igreja Católica viveu durante esses anos um momento de grandes transformações que influenciariam diretamente a relação entre sua instituição e o governo militar da época.

Antes do golpe a Igreja no Brasil já vinha presenciando algumas mudanças no seu pensamento social. A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), por exemplo, havia sido criada nos anos anteriores (1952). E movimentos como a Ação Católica Brasileira (ACB), assim como suas subdivisões - a Juventude Operária Católica (JOC), a Juventude Universitária Católica - apresentavam crescimento. Esses movimentos já faziam com que setores da Igreja sinalizassem uma aproximação com as reivindicações dos trabalhadores e dos estudantes.

Foi também na década de 1960 que a Igreja Católica formulou encontros que mudaram drasticamente a forma como a instituição olhava para a questão da justiça social e dos direitos humanos. Exemplos desses são o Concílio do Vaticano II (1962-1966), e o II Conselho Episcopal Latino-Americano (Celam). Foi a partir dessas reformas que a questão da justiça social, do diálogo ecumênico e dos direitos humanos passa a ser colocada em primeiro plano.

Logo, quando o golpe é instalado em 31 de março de 1964, sob alegação de salvar o país do comunismo e da subversão, estava lançado dentro da Igreja um terreno propício ao conflito entre essa instituição e o Estado brasileiro. Há ainda nos dias atuais polêmicas sobre o papel da Igreja no golpe. Na visão de Renato Cancian este foi bem limitado. O autor sinaliza que houveram as Marchas do Rosário – ou Marchas da Família com Deus pela liberdade -, mas que estes eram protestos organizados por mulheres católicas pertencentes às classes médias urbanas (que eram contra a política de João Goulart). Cancian, entende, todavia, que os membros do clero que apoiavam o golpe foram poucos, e não detinham muita influência institucional. (CANCIAN, 2011, p. 38)

Não é possível estabelecer um posicionamento em bloco da Igreja ao longo do regime militar. A relação entre a Igreja e o Estado durante os primeiros anos do golpe se deu de uma forma dialética, variando conforme as ações tomadas pelos governos e os posicionamentos daqueles que presidiam a CNBB. Tal cenário passaria a mudar com a criação do Ato Institucional nº, o AI5, em 1968. Com a intensificação aos perseguidores (alguns membros do clero inclusos) e o reforço no aparato repressivo, a Igreja passa a adotar posições mais críticas contra o regime.

Nos anos mais drásticos do regime militar a Igreja Católica passa a se apresentar como a mais bem articulada organização social brasileira. Isso porque existia em todo o território nacional – o que favorecia não só a ampliação dos ideais de libertação, como a articulação e comunicação entre os manifestantes contrários ao golpe. Nessa conjuntura, as Comunidades Eclesiais de Base, as CEBs, se tornam verdadeiros núcleos de participação social. Nelas a população se aglutinava, formando espaços que ofertavam da alfabetização até a politização e a mobilização das classes populares (CANCIAN, 2011, p. 55).

No contexto de cerceamento das liberdades civis e democráticas, prisões e prática generalizada de tortura, a Igreja se converteu num espaço de relativa liberdade de organização e de ação não só para os militantes católicos, mas para todos cidadãos, movimentos sociais e grupos políticos (principalmente de esquerda) que não encontravam espaços e nem formas alternativas de se manifestar contra as arbitrariedades do regime de exceção. Atuando nos limites da vasta rede de instituições, organizações e entidades católicas, os militantes católicos e ativistas políticos puderam contar com a proteção da hierarquia (CANCIAN, 2011, p. 76).

Tendo aval da Igreja, os movimentos sociais passam a surgir de dentro das comunidades também no Espírito Santo. Erilaine da Silva pontua que ao voltar do Concílio Vaticano II, o então bispo da época, Dom Batista da Motta e Albuquerque e seu auxiliar, Dom Luis Gonzaga Fernandes, começam a formular uma organização pastoral que focasse nos grupos de reflexão para leigos e nas Comunidades Eclesiais de Base. A autora reforça também que as pastorais sociais no Espírito Santo – em especial a Comissão Pastoral da Terra (CPT), a Pastoral Operária (PO) e a Juventude Operária Católica (JOC) – foram a base dos militantes que não tinham como se expressar (SILVA, 2020, p. 5).

Assim sendo, a Igreja se apresentou como *lócus* de militância política. Dentro desse cenário nasce Ferramenta, o boletim da Pastoral Operária da Arquidiocese de Vitória. Formulado dentro das Comunidades Eclesiais de Base, serviu como porta-voz dos trabalhadores capixabas que nele manifestavam pedidos por melhores condições de trabalho e lutavam pelo fim da ditadura militar.

Sendo lançado em 1977, Ferramenta surge em um momento de efervescência do movimento operário no Brasil. É no fim dessa década que o país irá ver o nascimento das grandes greves no ABC paulista. É nesse momento também que começa a surgir o que viria a ser conhecido como o Novo Sindicalismo. São essas as temáticas discutidas no tópico a seguir.

## Movimentos Sociais e o Novo Sindicalismo

No caso do Espírito Santo, a década de 1970 não representou apenas a continuação do regime militar. Foi também durante esse período que o estado passou a modificar sua economia – saindo de uma base de monocultura cafeeira para um processo de industrialização. Com a implementação de empresas como a Companhia Vale do Rio Doce, a Companhia Siderúrgica de Tubarão, Samarco Mineração e Aracruz Celulose, a Região Metropolitana da Grande Vitória passou a ser destino de muitos capixabas – vindos do interior do estado – e brasileiros – vindos de estados vizinhos.

É na década de 1970 que começa a ser visto com maior intensidade as desigualdades sociais. É nesse momento também que os bolsões de pobreza vão surgindo nas periferias. Com uma concentração populacional nunca antes vista, será também nesse período que os movimentos sociais – muitos deles fomentados dentro das CEBs – e os movimentos sindicais passam a ganhar mais visibilidade. Nesse contexto Ferramenta é criado para ser um canal de comunicação para os operários capixabas.

Sobre esse período Sergio Murilo de Oliveira (1987, p. 24) esclarece que, após a implementação do golpe militar, o Estado investiu em medidas que facilitassem a expansão da economia brasileira nos moldes capitalistas. De um lado, permitiram a participação do capital estrangeiro. Do outro, fizeram uso de enérgicas formas de reprimir as reivindicações da poluição. Com essas medidas o governo militar criou a estabilidade política necessária para que os investidores de outros países enxergassem o Brasil como local de potencial investimento.

Sergio Murilo de Oliveira, vai pontuar, entretanto, que, se o que se esperava era um amplo desenvolvimento econômico do país, o que se conseguiu na prática foi o contrário. Para o autor, após a implantação do regime militar o que se viu no Brasil foi o empobrecimento geral da classe trabalhadora, uma profunda repressão às organizações populares e uma acentuada deterioração da qualidade de vida urbana (DE OLIVEIRA, 1987, p. 24).

Agora, não mais o operário enfrenta, apenas na fábrica, a luta pela melhoria salarial, como tem que enfrentar o Estado, na cidade, pela defesa de sua habitação, contra sua remoção ou seu afastamento para áreas afastadas do seu lugar de trabalho, por exemplo. (DE OLIVEIRA, 1987, p. 25)

Assim, como é possível notar nas páginas de Ferramenta – que tem pautas como a falta de transportes e de moradias, por exemplo -, com o avanço do regime (e a consequente repressão) as reivindicações do movimento operário passam a se associar a outras lutas –

como as por melhores condições de vida, movimento feminino, movimento de negros, entre outras (DE OLIVEIRA, 1987, p. 25). Graças à censura e violência repressiva do Estado, esses pequenos movimentos seriam o mais próximo que a população teria para se organizar e ser ouvida.

Discutir sobre o movimento operário durante a ditadura militar recai também em compreender as diversas sanções do governo contra os sindicatos. Marco Aurélio Santana (2008, p. 281) esclarece que logo no primeiro governo militar já é implantado o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, o FGTS. Essa mudança acabava por dar fim a estabilidade no emprego e incentivava a uma alta rotatividade de mão-de-obra. Essa foi uma das ações que atuaram diretamente no impedimento dos sindicatos de agirem de uma forma mais combativa.

Santana reforça também que, embora a repressão fosse feroz tendo como práticas correntes a prisão e a tortura, os militantes operários encontraram dentro das fábricas o seu *locus* de ação. Para o autor o regime utilizou de todos os mecanismos para bloquear os avanços de qualquer posição que fosse mais contestadora. A luta sindical ao longo dos 21 anos do regime sempre esteve (com maior ou menor intensidade) esbarando nos limites da ditadura militar. Até os eventos de cunhos officiosos, organizados por lideranças pouco “combativas”, podiam ser palco das ações e violências policiais. Assim, os militantes sindicais trabalhavam em um território extremamente minado (SANTANA, 2008, p. 295).

Enquanto em outros estados do país já havia uma movimentação do movimento sindical, no Espírito Santo, graças à industrialização tardia, isso vai ocorrer com maior intensidade na década de 1970 – período em que nacionalmente passa a efervescer o movimento do Novo Sindicalismo.

Todo o trabalho silencioso que articulou diversos setores sociais e havia sido feito nos anos anteriores, de certa forma vai manter o movimento operário-sindical no Brasil vivo. Isso até o fim da década de 1970, com as mobilizações no ABC paulista, que pavimentam o caminho para os pedidos de redemocratização.

Para Kênia Miranda é no fim da década de 1970 que o país passa pela efervescência da luta de classes e por uma crise do governo militar. Seja pelo modelo econômico escolhido ou pelo aumento dos conflitos internos, é nesse período que de forma mais enfática acontece a ascensão da organização da classe trabalhadora e dos movimentos sociais (MIRANDA, 2011, p. 45).

O Novo Sindicalismo, surge, portanto, como um movimento que “caracterizou-se pela tentativa de construção de um sindicalismo autônomo, combativo, que buscava novas formas de relacionamento com as bases e contra a legislação sindical corporativista”. Com o epicentro no sindicato dos metalúrgicos, em São Bernardo, São Paulo, o país passou a assistir a uma inovação importante, a diversidade de greves. Havia “greves com ocupação, greves ‘pipoca’, operações ‘padrão’, ‘vaca brava’ e ‘tartaruga’” (MIRANDA, 2011, p. 49, grifos da autora).

Essas novas movimentações populares foram de grande importância para pavimentar o processo de redemocratização. Com elas a sociedade recomeça a conquistar seus espaços de participação política e reforça a crise que já vinha se estabelecendo no regime. Ligados ou não ao movimento sindical, no fim da década de 1970 os movimentos populares passaram a representar a insatisfação com o Estado e começaram a estabelecer o retorno democrático.

Dentro desse cenário, está o boletim Ferramenta. Criado como porta-voz da Pastoral Operária no Espírito Santo, ele passa a ser usado para expressar as mais diversas insatisfações da sociedade capixaba perante a ditadura militar e a vida dos trabalhadores. Em Ferramenta os operários e o militantes criam um espaço de crítica e denúncia social. Espaço este que, seja pela censura política e/ou escolha editorial, não era visto nos veículos de comunicação tradicionais do estado.

Como uma comunicação comunitária alternativa Ferramenta nasce durante os anos de chumbo e vai se manter até os anos de 1990. Entender sua importância perpassa por analisar o papel das mídias alternativas em períodos ditatoriais. Discutiremos sobre essa temática no próximo tópico.

### **Mídia Alternativa e o Boletim Ferramenta**

Sobre a imprensa alternativa no Brasil Bernardo Kucinski (1991, p. 9) pontua que nos primeiros 15 anos do regime militar (entre 1964 e 1980) nasceram e morreram cerca de 150 periódicos que tinham como característica em comum a oposição contra o golpe. Esses veículos passaram a ser conhecidos como “imprensa alternativa” ou “imprensa nanica”. O “nanico” seria relativo ao formato tabloide. Já “alternativo” derivaria de não estar ligado a uma política dominante, de ser a única saída para um momento difícil.

Enquanto muitos veículos da grande imprensa estiveram ao lado da implementação do golpe militar - ou não se posicionaram abertamente contrários - a imprensa alternativa nasce com o intuito de fazer o caminho inverso. Com a censura e a repressão em território

brasileiro, a imprensa alternativa foi o meio como muitos jornalistas e/ou militantes encontraram para divulgar pontos de vista contrários ao Estado.

No estado do Espírito Santo, o jornal alternativo mais conhecido foi *Posição*, que circulou entre 1976 e 1979. Já o boletim *Ferramenta* surge no ano de 1977 como porta-voz da Pastoral Operária da Arquidiocese de Vitória. Com o movimento sindical efervescendo ao lado de outras lutas sociais nesse momento, o boletim se apresenta como canal denúncia dos operários e militantes capixabas. A seguir é possível visualizar a primeira edição lançada, em dezembro de 1977:

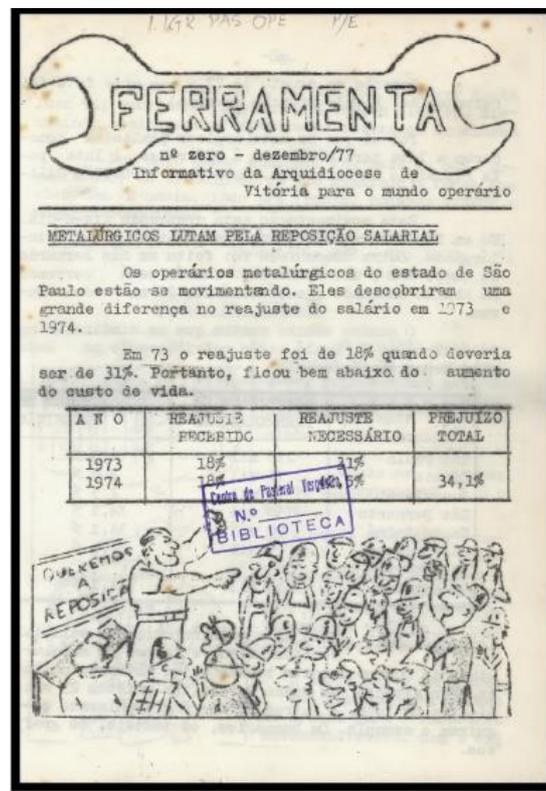


Figura 1: Boletim *Ferramenta* nº zero, p. 1 - dezembro/1977

Na figura acima, é possível ler o título: “Metalúrgicos lutam pela reposição salarial”. Abaixo o boletim divulga uma tabela com os ajustes de salários recebidos nos anos anteriores. Divulga também quais seriam os ajustes corretos que o trabalhador deveria ter recebido. No fim, calcula e mostra ao operário qual é o prejuízo que cai sobre ele com essas alterações. Na capa da primeira edição é possível ver ainda na parte inferior uma ilustração com os dizeres: “queremos a reposição”.

*Ferramenta* representa um dos meios de comunicação comunitária alternativa que nasceu durante o regime militar. Sem voz e expressão nos meios tradicionais, o boletim foi a

forma encontrada para reivindicar direitos dos trabalhadores, realizar críticas ao regime e denunciar as más condições de vida e trabalho que surgiam com a brusca industrialização do Espírito Santo.

Sobre esse tipo de comunicação Cicilia Peruzzo pontua que destoa do jornalismo tradicional na “direção político-ideológica, na proposta editorial — tanto pelo enfoque dado aos conteúdos quanto pelos assuntos tratados e pela abordagem crítica —, nos modos de organização [...] e nas estratégias de produção/ação” (PERUZZO, 2009, p.132). A autora salienta que em contextos como o da ditadura militar, produzir boletins como Ferramenta significava grande risco de prisão e condenação política. E, que, por isso, em muitos casos produzia-se comunicação alternativa de forma clandestina – como estratégia para fugir do controle estatal e da censura.

Com o aval de poder circular como “informativo da Arquidiocese de Vitória para o mundo operário”. E tendo, inclusive, padres produzindo o material durante sua vida útil, Ferramenta conseguiu se manter vivo por duas décadas, parando de circular nos anos de 1990. É possível que essa forte ligação com a Igreja seja o que o tenha mantido ativo por tanto anos.

Outra característica de mídias como Ferramenta é o caráter de contracomunicação. Peruzzo (2009, p.132) esclarece que essa é elaborada no âmbito dos movimentos populares. Sua função é exercitar a liberdade de expressão; servir de instrumento de conscientização; oferecer temáticas diferenciadas; ser instrumento de democratização da informação; para que no fim, com o acesso da população aos meios de comunicação haja a transformação social.

Nas experiências de caráter popular-comunitário, a finalidade, em última instância, é favorecer a autoemancipação humana e contribuir para a melhoria das condições de existência das populações empobrecidas, de modo a reduzir a pobreza, a discriminação, a violência etc., bem como avançar na equidade social e no respeito à diversidade cultural. Contudo, a comunicação não se presta a fazer mudanças sozinha. A visão de uso dos meios meramente para difundir conteúdos educativos está superada. Trata-se de sua inserção em processos de mobilização e de vínculo local ou identitário sintonizados a programas mais amplos de organização-ação, dos movimentos sociais populares. Estes privilegiam o atendimento às necessidades concretas de segmentos populacionais de acordo com cada realidade. (PERUZZO, 2009, p. 134-135)

Discutir sobre essa função dos meios alternativos comunitários passa por olhar pela própria configuração do movimento operário da década de 1970, mas, acima de tudo, pela formação das Comunidades Eclesiais de Base. As CEBs passam a desempenhar papel fundamental na organização dos movimentos sociais. Elas se tornam verdadeiros espaços de luta, escuta e organização das reivindicações.

Nas CEBs é que passam a surgir as novas lideranças populares. As Comunidades Eclesiais passam a ser ao mesmo tempo um movimento de base e um suporte para outros movimentos. Nelas foi possível gerar uma nova identidade social. Criadas na tentativa de barrar o avanço das igrejas protestantes, as CEBs eram, no começo, formadas por famílias que se reuniam em uma de suas casas toda a semana, especialmente para vivenciar cursos de evangelização (KUCINSKI, 1991, p. 10).

Com o passar do tempo, à luz da Teologia da Libertação e de um posicionamento de Igreja para os pobres, as CEBs passaram a ser uma forma de sobrevivência popular diante das condições precárias da sociedade. Tendo em comum entre a maior parte de seus membros a saída do interior para o centro urbano, as desigualdades e a pobreza nas cidades, as reuniões eram verdadeira forma de politizar a religião (KUCINSKI, 1991, p. 10).

Ao longo das edições de Ferramenta é possível notar que as temáticas citadas acima se materializam no boletim. Por vezes o informe utiliza de marcos católicos – como o Corpus Christi – para fazer surgir reflexões sobre as desigualdades sociais. À luz do evangelho, os movimentos sociais capixabas encontraram em Ferramenta um canal de escape para tecer críticas sobre as diversas mazelas que assolavam a população – sobretudo a mais vulnerável.

Bernardo Kucinski (1991, p. 86) pontua também que graças aos movimentos de base centenas de jornais, boletins e folhetins como Ferramenta vão surgir, apesar da inexistência de uma tradição de imprensa comunitária no Brasil. Para o autor muitos não podiam nem ser considerados jornais dada a precariedade do material com o que eram produzidos. Eram vendidos a preços baixos por quem os produzia e tinham um restrito número de páginas.

A realidade descrita por Kucinski era encontrada também em solo capixaba. Ao dialogar sobre a comunicação da Pastoral Operária no Espírito Santo, Elaine Dal Gobbo (2018, p. 21) esclarece que em Ferramenta, do processo de produção – de captar as pautas - até a venda do boletim, tudo era feito pelos integrantes da PO e por trabalhadores que, mesmo não ligados à Igreja, ajudavam a manter o impresso.

Outro ponto válido a enfatizar sobre a comunicação comunitária, é relativo à sua linguagem. Produzido por e para trabalhadores, a ideia de Ferramenta era ser um canal de comunicação entre esse público. Com linguagem clara e simples e tendo um espaço limitado para divulgar as informações, o boletim optou também pela comunicação imagética, divulgando em suas edições charges e ilustrações.

Para Kucinski (1991, p. 86) os escritores e cartunistas desempenharam um papel central na resistência à ditadura militar. Para o autor, sendo “cínicos e libertários”, esta foi a

categoria que se opôs ao golpe de forma mais coesa. Kucisnki formula que a linguagem imagética cresceu nos momentos de anticlímax do golpe militar.

Em Ferramenta as imagens possuem tanto caráter ilustrativo como crítico. A seguir, dois exemplos:



Figura 2: Boletim Ferramenta nº zero, p. 7 - dezembro/1977



Figura 3: Boletim Ferramenta nº zero, p. 8 - dezembro/1977

Nas imagens é possível identificar críticas sobre a realidade trabalhista da época. Na primeira imagem é descrita uma conversação entre patrão e funcionário. O empregador é representado tratando o empregado de forma rude. A tirinha deixa claro com quem o empregador está disposto a dialogar: com aqueles que pertencem à mesma classe que ele. A segunda imagem representa uma das críticas recorrentes encontradas em Ferramenta: a precarização do trabalho. Com a descrição de um diálogo entre dois operários, o boletim representa a falta de condições encontradas no ambiente de trabalho.

### Considerações Finais

Os 21 anos do regime militar representaram um retrocesso nos direitos políticos, de liberdade e de expressão no Brasil. Com a censura e a repressão que afetava os jornais, muitos movimentos sociais encontraram nas mídias alternativas uma forma de se expressar e reivindicar seus interesses.

Ferramenta é uma das inúmeras mídias comunitárias alternativas que nasce durante o regime militar no Brasil. Estando ligada à Pastoral Operária da Arquidiocese de Vitória e tendo padres na sua produção ao longo dos anos, pode sobreviver mais do que muitos alternativos ao longo dos anos de repressão.

Nascido no bojo das Comunidades Eclesiais de Base, Ferramenta une o evangelho à crítica das injustiças sociais. Em suas páginas o movimento operário pode discutir temáticas como greves, precarização do trabalho e as más condições de vida nas periferias do Espírito Santo.

Ferramenta representa a militância que surge dentro da Igreja Católica nos anos da ditadura militar. Mesmo que alguns setores dela tenham sido favoráveis ao golpe em 1964, é com o acirramento da repressão que a Igreja passaria a ser porta-voz no Brasil e no exterior dos crimes cometidos pelo regime ditatorial. Estando cerceados, os movimentos sociais encontraram dentro da Igreja espaço de reflexão e luta. Nas CEBs o movimento operário, sindical, de mulheres, entre outros, encontraram refúgio para manter acessa a luta contra a ditadura e a favor da redemocratização.

## Referências

CANCIAN, Renato. **Igreja Católica e ditadura militar no Brasil**. São Paulo: Claridade, 2011.

PERUZZO, Cicilia M. Krohling. Aproximações entre a comunicação popular e comunitária e a imprensa alternativa no Brasil na era do ciberespaço. **Revista Galáxia**, São Paulo, n. 17, p. 131-146, jun. 2009.

DAL GOBBO, Elaine Rodrigues. **A comunicação operária da Arquidiocese de Vitória de 1977 a 1985 e nos anos 200: estratégias, cotejos e apontamentos**. 2018. 220 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Territorialidades) – Centro de Artes, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória.

DE OLIVEIRA, Sergio Murilo Ferreira. Os trabalhadores urbanos e a ditadura militar. **Revista de Administração Pública**, v. 21, n. 2, p. 24-36, 1987.

GOMES, Paulo César. **Os bispos católicos e a ditadura militar brasileira (1971-1980): a visão da espionagem**. Rio de Janeiro: Record, 2014.

KUCINSKI, Bernardo. **Jornalistas e revolucionários: nos tempos da imprensa alternativa**. São Paulo: Editora Página Aberta, 1991.

MIRANDA, Kênia Aparecida. **As lutas dos trabalhadores da educação: do novo sindicalismo à ruptura com a CUT.** 2011. 400 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2011.

SANTANA, Marco Aurélio. Ditadura Militar e resistência operária: o movimento sindical brasileiro do golpe à transição democrática. **Política & Sociedade**, v. 7, n. 13, p. 279-309, 2008.

SILVA, Erilaine Ribeiro da. **Repressão e resistência: Os reflexos da militância cristã na construção da memória política capixaba durante os anos de chumbo.** In: XI Encontro de História Oral, 2012, Rio de Janeiro. Anais eletrônicos... Rio de Janeiro: UFRJ/IFCS – IH, 2012. Disponível em: <<https://www.encontro2012.historiaoral.org.br/site/anaiscomplementares#E>>. Acesso em: 15 jun. 2020.